

**A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS  
MUNICIPAIS DE SÍTIO NOVO/MA**

**Débora Arruda Macedo**

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Professora da rede municipal de ensino de Sítio Novo/MA e Coordenadora Local do PROFEBCAR-UFMA-Polo Sítio Novo/MA.  
deborah-arruda@hotmail.com

**Ramon Luis de Santana Alcântara**

Doutor em Políticas Públicas e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Graduado em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Professor Adjunto no Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Geografia (Campus de Grajáú) e no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.  
ramon.lsa@ufma.br

**RESUMO**

Ao passo que, nesse artigo, se analisa a história da educação especial de Sítio Novo, Maranhão, aborda as políticas públicas de educação especial no Brasil e no Maranhão. Pontua-se a influência do movimento econômico e social vigente no contexto sobre a implantação dessas políticas e suas ressonâncias na educação da pessoa com deficiência no município. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que, com uso do método da história oral toma os relatos dos participantes da pesquisa como fonte para a compreensão dos episódios dos primeiros momentos da educação especial no município. Utiliza-se também o procedimento da análise documental, para efetivar um cruzamento entre as informações cedidas pelos sujeitos da história oral e os documentos oficiais e não-oficiais. Os sujeitos da pesquisa foram três professoras que estiveram imersas nos primeiros momentos de implantação de ações em prol de uma educação para a pessoa com deficiência no município. Outros sujeitos também foram ouvidos, através do trabalho etnográfico (dezembro de 2014 a dezembro de 2015), com o intuito de entender as ressonâncias atuais daqueles primeiros momentos históricos, a saber: coordenadora municipal de educação especial, professores do ensino regular e professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE). As revelações tornam iminente o reconhecimento da importância da escolarização da pessoa com deficiência no ensino regular e confluem as necessidades de inclusão e as reais carências da rede pública municipal de ensino no tocante à educação inclusiva, assinalam dificuldades de ordem curricular, didático, ligados a formação docente e ainda a falta de profissionais de apoio para o AEE, um quadro que culmina na construção de um pensamento, entre os sujeitos imbuídos na educação especial que, acaba atribuindo à pessoa com deficiência as condições para seu ingresso ou egresso no ensino regular. Os apontamentos da pesquisa também acenam para as possibilidades de efetivação da educação especial na perspectiva da educação inclusiva no município de Sítio Novo, nos dias atuais.

**Palavras-chave:** História; Educação Especial; Maranhão.

**THE HISTORY OF SPECIAL EDUCATION IN THE PUBLIC SCHOOLS  
OF SÍTIO NOVO/MA**

**A história da educação especial nas escolas públicas municipais de Sítio Novo/MA**  
*Débora Arruda Macedo; Ramon Luís de Santana Alcântara*

**ABSTRACT**

Whereas, in this article, reviews the history of special education from Sítio Novo, Maranhão, addresses the special education public policies in Brazil and in Maranhão punctuating the influence of existing social and economic movement in context on the implementation of these policies and their resonances in the education of the disabled person in the municipality. It is a qualitative research that, with use of the oral history method takes the reports of the participants of the survey as a source for the understanding of the episodes of the first moments of special education in the municipality. Also used the procedure of document analysis, to effect a crossing between the information provided by the subject of oral history and the official and unofficial documents. The subjects of the research were three teachers who were immersed in the first moments of implementation of actions in favour of education for the disabled person in the municipality. Other subjects were also heard, through ethnographic work (December 2014 to December 2015), in order to understand the present resonances of those first historic moments, namely: municipal Coordinator of special education, regular school teachers and teachers of Specialized Educational Assistance (ESA). The revelations make imminent recognition of the importance of the education of the person with disabilities in regular education and meeting the needs of inclusion and the real needs of municipal public education network with regard to inclusive education, highlight curricular, didactic difficulties linked to teacher training and a lack of professional support for the ESA, a framework which culminates in the construction of a thought among the subjects in special education, imbued with just assigning the disabled person the conditions for entry or egress in regular education. The notes of research also beckon to the possibilities for implementation of special education in the perspective of inclusive education in the municipality of Sítio Novo, in the present day.

**Keywords:** History; Special Education; Maranhão.

**HISTORIA DE LA EDUCACIÓN ESPECIAL EN ESCUELAS PÚBLICAS  
 MUNICIPALES EN SITIO NOVO/MA**

**RESUMEN**

Si bien, este artículo analiza la historia de la educación especial en Sítio Novo, Maranhão, se dirige a la política pública de educación especial en Brasil y Maranhão. Puntuaste la influencia del movimiento económico y social actual en el contexto de la aplicación de estas políticas y sus resonancias en la educación de las personas con discapacidad en el municipio. Se trata de una investigación cualitativa, con el uso del método de la historia oral, lleva informes de participantes en la investigación como fuente para la comprensión de los episodios de los primeros momentos de la educación especial en el municipio. También se utiliza el procedimiento de análisis de documentos para efectuar un cruce entre la información transferida por los sujetos de la historia oral y los documentos oficiales y no oficiales. Los sujetos del estudio fueron tres maestros que estaban inmersos en las primeras etapas de la implementación de acciones para la educación de las personas con discapacidad en el municipio. Otros temas también se escucharon, a través del trabajo etnográfico (diciembre 2014-diciembre 2015), con el fin de comprender las repercusiones actuales de esos períodos tempranos históricos, a saber: el coordinador municipal de educación especial, maestros de educación regular y profesores de servicio la educación especializada. Las revelaciones hacen reconocimiento inminente de la importancia de la enseñanza de la persona con discapacidad en la enseñanza general y convergen las necesidades de inclusión y las necesidades reales de la educación pública municipal con respecto a la educación inclusiva, indican dificultades de orden curricular, la enseñanza, vinculado a la formación enseñanza y también la falta de apoyo profesional para la educación especializada, un marco que culmina en la construcción de un pensamiento, entre los

**A história da educação especial nas escolas públicas municipais de Sítio Novo/MA**  
*Débora Arruda Macedo; Ramon Luís de Santana Alcântara*

asuntos imbuídos en la educación especial, simplemente dando a la persona con discapacidad las condiciones para su ingreso o egreso en la educación general. La encuesta también señala invitan a la realización de las oportunidades educativas especiales desde el punto de vista de la educación inclusiva en el municipio de Sítio Novo hoy.

**Palabras clave:** Historia; La educación Especial; Maranhão.

## INTRODUÇÃO

A Educação Especial no Brasil vem sendo traçada meio a intentos, terminologias e discussões travadas ao decorrer dos progressos e regressos da educação. Repensar esse processo nos remete a tempos históricos, cujas concepções sociais foram estabelecidas, derrocadas ao soar de transformações direcionadas pelas mudanças socioeconômicas e pelo prenúncio de um novo engendrar dos processos produtivos e da vida em sociedade. Alcântara (2013, p. 69-70) pontua que “a Educação especial no Brasil é uma construção histórica, um resultado de movimentos constantes, de relações de poder que remetem necessariamente à formação da sociedade brasileira”. Recorrendo à Jannuzzi (2006), o autor reforça a dissociabilidade entre educação oferecida para o aluno com deficiência e as transformações sociais, políticas e culturais perpassadas pela sociedade brasileira no decorrer dos anos.

Este artigo tem por objetivo narrar como essa trajetória de lutas e construção de uma educação inclusiva para a pessoa com deficiência se apresentou no município de Sítio Novo, Maranhão. Para uma análise que possa retratar o processo de construção da Educação especial em Sítio Novo, fez-se necessário: Ouvir relatos e analisar documentos históricos acerca dos primórdios da Educação Especial no município; Levantar informações sobre como tem se dado a educação inclusiva nas escolas da rede pública regular da cidade de Sítio Novo; Verificar como acontece a formação de professores que atuam na educação de alunos com deficiência; Identificar que ações a Secretaria Municipal de Educação desenvolve para com a educação inclusiva; Constatar como as escolas atuam no atendimento à necessidade de inclusão de alunos com deficiências no ensino regular.

Trabalhamos na perspectiva da história oral, entrevistando personagens dos primeiros momentos da história da Educação Especial em Sítio Novo. Pensamos que a “história oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea” (FGV, 2015, p. 01). As entrevistas de história oral foram tomadas como fontes para a compreensão dos episódios

dos primeiros momentos da Educação Especial no município, ao lado da análise documental. Esta metodologia “torna o estudo da história mais concreto e próximo, facilitando a apreensão do passado pelas gerações futuras e a compreensão das experiências vividas por outros” (FGV, 2015, p. 01). Nesse sentido, compreendemos que a história oral, utilizada em paralelo ao método histórico, permite compreender a História como ciência e disciplina capaz de explicar os acontecimentos, notadamente aqueles do âmbito político e social. O fenômeno histórico provém um contexto para a análise das instituições e da sociedade. Essa metodologia nos permite, assim, cruzar elementos dos discursos dos personagens, com documentos e outras fontes da história sitionovense da Educação Especial.

Um trabalho etnográfico de duração de um ano também foi realizado, no intuito de conversar e obter informações de maneira informal que permitissem construir uma análise da realidade atual da Educação Especial no município. Tais informações servem para pautar a atualidade da história, entendendo o método histórico como um recurso para refletir o presente. Após a narrativa que apresenta a história da Educação Especial sitionovense, elaboramos uma crítica sobre como essa história se apresenta no presente, diante do cenário político e social (ALCÂNTARA, 2015). A análise documental também compõe a metodologia dessa produção na medida em que houve levantamento de Leis, Decretos, Resoluções e ainda documentos oficiais e não-oficiais que confirmam a trajetória da Educação Especial em Sítio Novo.

Sendo assim, organizamos as informações neste artigo, apresentando as seguintes etapas: inicialmente contextualizamos brevemente a história e atualidade da Educação Especial/Inclusiva no Brasil e no Maranhão, demarcando as influências que esta tem sobre os acontecimentos em Sítio Novo; em um segundo momento, apresentamos dados históricos e políticos do município de Sítio Novo e suas relações com a emergência da Educação Especial no cenário local; por fim, consideramos algumas conclusões relacionando os discursos dos sujeitos, com os documentos, refletindo sobre a atualidade da Educação Especial no município.

## **A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL E NO MARANHÃO**

O isolamento imposto à pessoa com deficiência nos séculos XVI a XVIII violou o direito que hoje consideramos irrefutável para a apropriação da cultura e do convívio social. Coaduno com Raposo (2010, p. 19), quando a mesma afirma que “[...] o ser humano é

resultante das relações que estabelece em uma determinada sociedade, portanto, o seu processo de socialização corresponde, indubitavelmente, ao seu processo de inclusão social”. No Brasil, o discurso que pairava sob a “anormalidade” somente reforçava a relação antagônica entre pessoas com deficiência e pessoas “normais”, uma classificação pejorativa cujo princípio maior relacionava-se com a ordem social. Como bem pontua Bueno (2004, p. 80), quando afirma que o que depreende desses dois séculos “é o início do movimento contraditório de participação-exclusão que caracteriza todo o desenvolvimento da sociedade capitalista”, um movimento que, para o autor, tem bases na homogeneização para a produtividade, uma marca incisiva na história da Educação Especial.

Tal movimento, que permitiu a alguns a participação e delegou a tantos a exclusão, centrou-se nas características individuais consideradas desviantes, negligenciou a diversidade das relações sociais tão importantes e necessárias para o desenvolvimento humano. Possibilitou a sociabilidade e a segregação, a primeira para alguns privilegiados, esta última para aqueles que, de alguma forma, poderia atrapalhar os ideais da homogeneização. No início do século XIX, a educação para os excepcionais<sup>1</sup> não era formalizada institucionalmente. Sendo que, para Bueno (2004, p. 28) “enquanto a educação regular vai sendo realizada em instituições abertas, a Educação Especial se implanta em internatos, o que evidencia seu papel de segregadora social dos anormais”.

Especificamente, foi a partir da década de 50 que a Educação Especial sofreu processo mais intenso de ampliação, absorve em sua tessitura diversos distúrbios antes não incorporados, a partir da década de 60 entra no rol dos deveres do Estado com a sociedade e, culmina na década de 70 sob a proliferação de instituições e órgãos normativos federais e estaduais (BUENO, 2004). Alinhando-se frente a este processo, certamente aderindo às premissas da política nacional, o estado do Maranhão em 1962 demarca seu início na área da educação para a pessoa com deficiência com a realização de atendimentos ligados a iniciativa privada, cujo público se restringia a pessoas com deficiência auditiva, visual e mental, um marco da origem da Escola de cegos do Maranhão (CARVALHO, 2004). Para Quixaba (2011, p. 56), nesse sentido há uma “similaridade com o movimento nacional quando atendeu inicialmente a essas mesmas categorias de deficiência através dos institutos para meninos cegos (1854) e para surdos-mudos (1857)”.

O marco da Educação Especial no Maranhão ocorreu em 1969, quando pela Portaria nº 423/69 foi criado o Projeto Plêiade de Educação de Excepcionais. Segundo Carvalho (2004, p. 97), o Projeto Plêiade tinha como finalidade “promover a educação de

---

<sup>1</sup> Terminologia usual no início do processo de institucionalização da Educação Especial - corresponde às regras relativas entre o normal e o patológico; desvio da normalidade média (BUENO, 2004).

crianças, adolescentes e adultos excepcionais, assim como aperfeiçoamento e treinamento de pessoal para o campo de ensino especial”. Um quadro marcado pela tênue tessitura do assistencialismo e da filantropia, o que inculca certa simetria ao contexto brasileiro, a Educação Especial maranhense perpassa pelo movimento nacional de estruturação dos atendimentos para a pessoa com deficiência, cujo percurso trouxe entre as décadas de 80 e 90 e início do século XXI vários centros especializados, instituições cuja implantação e atendimentos se concentraram na capital São Luís (QUIXABA, 2011).

A Educação especial, em meio às premissas da inclusão, para Alcântara (2013), ganha proposituras mais específicas e coadunadas “em parte” às lutas sociais, e ganha no artigo 208 da Constituição Federal de 1988 o direito ao “Atendimento Educacional Especializado”. No que se refere ao Atendimento Educacional Especializado contemplado na Constituição Federal, Carvalho (2010, p. 100) destaca que “[...] a Educação Especial vai paulatinamente adotando como diretriz a inclusão [...] envolve uma reestruturação do sistema educacional”.

No bojo dos discursos que apontavam a inclusão como orientação mais adequada à Educação Especial, a Declaração de Salamanca<sup>2</sup>, impulsionada pela propositura da “Educação para Todos<sup>3</sup>” - ordem do momento ente às políticas educacionais -, veio reconhecer na Conferência Mundial Sobre Necessidades Educacionais Especiais (UNESCO, 1994, p. 2) “[...] a necessidade e urgência do provimento de educação para crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino [...]”. A Declaração dispôs sobre os princípios, e sobre as políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais.

Segundo Bueno (2008) a Declaração de Salamanca, ao mesmo tempo em que reforça a preocupação com uma política de inclusão escolar, reforça também a ambiguidade do público alvo dessas políticas, o que nos levou a restringir as políticas de inclusão apenas ao âmbito da Educação Especial. Um equívoco, pois as crianças deficientes são apenas uma entre tantas outras também contempladas no texto da declaração. Como confirma Bueno (2008, p. 50):

[...] em nenhum momento aparece no texto original da Declaração o termo “Educação Especial” como a responsável pelas políticas de integração/inclusão escolar [...] o termo “necessidades educativas especiais” abrange, com certeza, a população deficiente, mas não se restringe somente a ela.

<sup>2</sup> Declaração das Nações Unidas que trata dos princípios, política e prática em Educação Especial. Adotada em Assembleia realizada em 1994 em Salamanca na Espanha.

<sup>3</sup> Pacto realizado entre nove países (entre estes o Brasil), compromisso firmado na Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien na Tailândia em 1990.

Notadamente, o que precede esta ambiguidade pode estar fortemente ligado a um contingente de pessoas que, marginalizadas pelas desigualdades de acesso e permanência à escola regular, são inclusas nos discursos do atendimento especializado, uma conotação de que os déficits são ligados às características individuais (marcas negativas) do próprio aluno e jamais ao insucesso da escola em seu papel educador. Nesse sentido os que, de alguma forma, não alcançam o que o ensino regular preconiza, são ordenados e aglomerados como “diferentes” e, passa a ser o “outro”, passa a ser atendido por um sistema exclusivo, pois têm necessidades educacionais especiais. E como afirma Alcântara (2013, p. 134) “esse ‘outro’ vai sendo conformado ao longo da história da Educação Especial. O especial já foi diferente, prejudicado, diminuído, excepcional, etc.[...]”.

A Educação Especial, de fato, incorporou o discurso das políticas inclusivas. E mesmo, os termos da Declaração de Salamanca não sendo direcionados especificamente às pessoas com deficiência, estes não perdem o tom ao colocar a inclusão da diversidade ao alcance de “todas as crianças”, partindo do princípio de que “todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter” (UNESCO, 1994).

Segundo Carvalho (2010, p. 104) “[...] a Resolução 02/01 CNE/CEB<sup>4</sup> passa a apresentar um caráter mais incisivo em relação à inclusão”. Notadamente a Educação Especial recebe uma especificação mais direta enquanto modalidade de educação escolar e avança em detrimento ao anterior atendimento “preferencialmente” realizado no ensino regular, como preconizado pelo Artigo 7º (BRASIL, 2001, p. 01-02): “o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica”.

As previsões da Resolução 02/01 CNE/CEB podem ser consideradas fatores imprescindíveis para a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na medida em que preconizam o rompimento da possibilidade de exclusão do aluno com deficiência da sala de ensino regular no momento em que suprime o termo “preferencialmente” das diretrizes de Educação especial.

As diretrizes orientadoras do discurso inclusivo no Brasil estão na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)<sup>5</sup>, propostas que

---

<sup>4</sup> Conselho Nacional de Educação (CNE); Câmara de Educação Básica (CEB).

<sup>5</sup> Diretrizes elaboradas pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial cujo objetivo se pauta no acesso, na participação e na aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares (BRASIL, 2008b).

**A história da educação especial nas escolas públicas municipais de Sítio Novo/MA**  
*Débora Arruda Macedo; Ramon Luís de Santana Alcântara*

reestruturaram a Educação Especial nos dispositivos legais, avançando rumo à inclusão e ganhando contemplação legal em vários aspectos: afinilamento da especificação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), apoio técnico e financeiro da união, continuidade de formação para a pessoa com deficiência, direcionamento da Educação Especial como modalidade de Educação para a pessoa com deficiência, Atendimento Educacional Especializado de forma complementar ou suplementar ao ensino regular assegurando a dupla matrícula, como também sua maior articulação entre a escola, a família e demais políticas públicas.

Segundo dados do IBGE (2010), um contingente de pouco mais de quarenta milhões de brasileiros compõe a grande massa de indivíduos com deficiência. Uma fração de pouco mais de 1/5 da população do nosso país (IBGE, 2015). Quanto ao Maranhão, dos seus 6.574.789 habitantes, mais de um milhão e meio de pessoas têm deficiência, 1.624.000. Mesmo diante das iniciativas das implantações de Centros de Apoio Pedagógicos Especializados (décadas de 80 a 90/2006), e mesmo após décadas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) fica evidente ainda, nesse contexto, a escassa expressão em matrículas de alunos com deficiências nas escolas da rede pública no Maranhão.

Carvalho (2010, p. 110), ao analisar dados de matrículas do Maranhão entre 1997-2002, aponta que, a rede municipal detém o maior número de matrículas no ensino fundamental, cerca de 61,3% em 1997 e 78,4% em 2002. Já na educação especial, a rede municipal é a que concentra o menor número de matrículas, 16,6% em 1997 e, em 2002, 20,4%. Situando a discussão aos dados mais recentes, os dados do ano de 2013 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apontam que, as matrículas na modalidade Educação Especial em 2012 entre as redes municipal e estadual de ensino, formam a seguinte sinopse estatística:

QUADRO 1 – Matrículas de alunos (as) com deficiência no ensino público regular-  
Maranhão.

MATRÍCULA EDUCAÇÃO BÁSICA/ETAPAS			
Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total
1.117	17.016	1.332	19.465

Fonte: INEP, 2015.

Em resumo se considerarmos que, dos 6.574.789 habitantes do Maranhão, 1.624.000 têm alguma deficiência (IBGE, 2010), esses dezenove milhares que frequentam a escola representam pouco mais de 1% da população maranhense com deficiência

**A história da educação especial nas escolas públicas municipais de Sítio Novo/MA**  
*Débora Arruda Macedo; Ramon Luís de Santana Alcântara*

frequentando a educação básica, o que soa timidamente em meio a uma demanda expressiva por educação inclusiva. Mesmo considerando, outros aspectos que não são inseridos no escopo dessa pesquisa, como idade escolar, evasão, falta de acesso à escola, esta realidade nos incita a dizer que cabe refletirmos sobre as políticas inclusivas e sua efetivação nesse sentido.

Ao reservar o capítulo V para a Educação Especial, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, Artigo 58, inciso 3º, assegura que “a oferta da Educação Especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil”. No artigo 59, a LDB institui aos sistemas de ensino o dever de assegurar aos educandos com necessidades especiais condições à efetiva Educação Especial. Nesse sentido, Ferreira (1998, p. 03-04) pontua que:

O Artigo 59 aponta as providências ou apoios, de ordem escolar ou de assistência [...] combinam-se as ideias de flexibilidade e de articulação, seja na questão da terminalidade específica no ensino fundamental (para os considerados deficientes) e na aceleração (para os considerados superdotados), seja na educação para o trabalho (a ser propiciada mediante articulação com os órgãos oficiais afins).

Percebe-se que, com o advento da Educação Especial incorporada a sua política específica de inclusão, seu escape discursivo das premissas da exclusão se consolida quando põe na escola comum, o lugar do ensino inclusivo. O atual Plano Estadual de Educação do Maranhão, após dezessete anos de vigência da Nova LDBN (1996) vem atribuir aos seus municípios, metas e estratégias para o alcance de todos os bons preceitos de uma educação de qualidade. Das vinte e uma metas arroladas no PEE/MA, reserva-se, de maneira mais categórica à Educação Especial, a meta de número quatro que vislumbra garantir até o final da década, (MARANHÃO, 2013, p. 58) “[...] pelo menos a 50% da demanda a sua universalização nas escolas da rede regular de ensino, garantindo o Atendimento Educacional Especializado”.

Segundo o diagnóstico do Plano Estadual de Educação do Maranhão (2013), a efetivação das propostas da Educação Inclusiva implica adotar algumas medidas urgentes, como mudanças nos processos de gestão, na formação docente, nas metodologias pedagógicas, “oportunizando assim, práticas que respondam às necessidades dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (MARANHÃO, 2013, p. 32). Dentre as vinte e sete estratégias para o alcance da meta de nº 4, encontramos em duas delas uma destinação enfática de recursos e ações a alguns municípios do Estado:

**A história da educação especial nas escolas públicas municipais de Sítio Novo/MA**  
*Débora Arruda Macedo; Ramon Luís de Santana Alcântara*

4.13 Disponibilizar recursos financeiros oriundos do FUNDEB para a garantia do funcionamento e manutenção dos centros e núcleo de Atendimento Educacional Especializado, a saber: Centro de Ensino de Educação especial Helena Antipoff, Centro de Ensino de Educação especial Pe. Joao Mohana, Centro de Ensino de Apoio Pedagógico “Ana Maria Patelo Saldanha”, Centro de Ensino de Apoio a Pessoa com Surdez “Maria da Glória Costa Arcangeli” e o Núcleo de Atendimento de Alunos com Altas Habilidades/Superdotação “Joãozinho Trinta”.

4.27 Criar uma escola bilíngue para surdos, da Educação Infantil ao 5º ano, com base nos Referenciais Curriculares Nacionais e no Decreto nº 5626/05, com sede nos municípios de São Luís, Caxias e Pinheiro [...] (MARANHÃO, 2013, p. 49).

Nesse sentido, para Quixaba (2011, p. 61), “a não disponibilização dos serviços e atendimentos mencionados aos demais municípios maranhenses se opõe ao entendimento do que seja inclusão”. É no contexto da inclusão que o Estado discursa e busca garantir o acesso e permanência das pessoas com deficiência na escola. O que para Alcântara (2013), a realidade de São Luís, por exemplo, reproduz um discurso sobre a inclusão, veiculado pelo Estado que nega a problematização das diferenças para afirmá-la apenas como acesso da pessoa com deficiência à escola regular. O que nos leva a pensar que, mesmo São Luís tendo acesso minimamente à escolarização da pessoa com deficiência, na prática não se observa a efetiva inclusão. Já a realidade dos demais municípios maranhenses é ainda mais agravante pois a escassez de serviços na área da Educação Especial compromete o ideal do discurso inclusivo de educação para todos.

## **A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM SÍTIO NOVO**

Sítio Novo é um dos onze municípios que compõem a microrregião Alto Mearim e Grajaú. A uma distância de pouco mais de 600 km da capital São Luís localiza-se na mesorregião Centro Sul Maranhense. Com extensão territorial de 3.114,871 km<sup>2</sup>, e densidade demográfica de 5,44 hab./km<sup>2</sup>, comporta uma população de pouco mais de dezessete mil habitantes (IBGE, 2015). Segundo dados mais atuais, as estimativas apontam um número de 17.559 habitantes (IBGE, 2015), um crescimento de pouco mais de 3% em relação ao índice populacional de 2010. Comparando o tempo de emancipação de Sítio Novo (53 anos) a outros municípios da mesma microrregião Alto Mearim e Grajaú, como Formosa da Serra Negra (17 anos) e Arame (27 anos), é possível afirmar que, o crescimento populacional de Sítio Novo tem se dado de forma tímida, pois, enquanto aos seus 53 anos dispõe de uma estimativa de 17.559 habitantes, Formosa da Serra Negra aos 17 anos de emancipação, já conta com 17.757 habitantes e Arame aos 27 anos já comporta pouco mais de 31.702 habitantes (IBGE, 2015).

**A história da educação especial nas escolas públicas municipais de Sítio Novo/MA**  
*Débora Arruda Macedo; Ramon Luís de Santana Alcântara*

Em relação ao ranking do IDH, Sítio Novo ocupa a 4.965ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros com índice de 0,564, vale destacar que, nesse ranking, o maior IDH é 0,862 (São Caetano do Sul-SP) e o menor é 0,418 (Melgaço - PA). A faixa do IDH de Sítio Novo é considerada baixa e em comparação com os outros dez municípios da microrregião Alto Mearim e Grajaú, ocupa a 4ª posição. Enquanto Grajaú apresenta um IDH de 0,609, Barra do Corda o precede com um IDH de 0,606, e em seguida Tuntum com índice de IDH 0,570 (PNUD, 2015).

É no cerne desses aspectos políticos, geográficos, econômicos e culturais que a educação emerge como parte integrante desse panorama real e diverso que, ao mesmo tempo em que é complexa também apresenta ricas possibilidades de superação e fortalecimento.

Ao passo que, no Brasil na década de 60 as discussões em prol da democratização da educação se iniciava sob a defesa do direito à educação pública como dever do estado, obrigatória, laica e gratuita, a realidade educacional pairava o sobrepujo da opressão meio ao golpe militar (1964) somada à falta de financiamento, à desvalorização do magistério, à larga parcela da população sem acesso à escola acrescida do conseqüente analfabetismo. O Maranhão, meio a essa realidade despontava índices alarmantes de analfabetismo até mesmo como resposta à desigualdade de acesso à escola entre a população. Como elemento dessa paisagem, Sítio Novo compunha também esse panorama. No preâmbulo histórico do município, segundo Amorim (2011), não existem registros das atividades escolares referentes ao período que antecede a década de 50. Porém o mesmo autor (AMORIM, 2011, p. 173) coloca que, pode-se dividir em três momentos o processo histórico da Educação de Sítio Novo:

- I- As aulas funcionavam na residência dos poucos professores da época [...];
- II- Aparecimento das primeiras salas de aulas ainda com dependência administrativa de Grajaú (1953), sendo o Grupo Escolar Parsondas de Carvalho a primeira escola construída em Sítio Novo [...];
- III- Já em 1985 a fundação do Colégio Imaculada Conceição, instituição de ensino privada, mas, que foi um marco entre a escola leiga e a abertura de um caminho para a formação rumo ao desenvolvimento da educação, momento marcado pela incitação à resistência que questionou a administração municipal sobre a escassez de políticas de educação e de saúde, apoiou greves de professores e lutas contra o atraso de pagamento dos salários dos servidores públicos municipais [...].

Sendo assim, pode-se considerar o terceiro momento, como um marco também na história do processo de formação dos professores de Sítio Novo, haja vista que, foi neste

**A história da educação especial nas escolas públicas municipais de Sítio Novo/MA**  
*Débora Arruda Macedo; Ramon Luís de Santana Alcântara*

período que se começou a falar em Curso Magistério, formação a nível médio para os professores até então considerados leigos. Uma história que deixa lacunas meio as indagações sobre como foram implantadas essas formações? Quais as condições de frequência nesses cursos?

Em linhas gerais, a Educação de Sítio Novo, foi fortemente caracterizada pelas políticas nacionais de educação bem como pelos gestores municipais que, desde a emancipação do município até a atualidade deixam suas marcas enquanto pessoas e enquanto administradores do município. Sítio Novo guarda em suas memórias personalidades diversas que, a grosso modo, empreenderam seus mandatos como um cabo de guerra entre interesses individuais e interesses comuns à população, personalidades que podem ser caracterizadas desde sua assiduidade nas atividades executivas até aos mais relapsos que passavam parte de seus mandatos residindo na capital do Estado.

Contudo, desde a década de 70 (momento que se demarcou a institucionalização da educação municipal) até os dias atuais, Sítio Novo tem avançado sob as possibilidades de alinhar-se à política educacional do país. A atual Educação de Sítio Novo gere vinte e cinco programas do MEC que, perpassam por todas as modalidades de ensino da educação básica da rede municipal, sendo estes: Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio; Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC; Mais Educação; Ensino Médio Inovador; Pro Infância; Saúde na Escola; Atleta na Escola; Formação continuada para professores; PNLD; Ieducar - Tecnologia a serviço da Educação Básica; Apoio à Gestão Educacional; Avaliações da aprendizagem; PDE Interativo; PDDE; Frequência Escolar; Censo Escolar; Transporte escolar; Merenda escolar; EJA; Brasil Carinhoso; Brasil Alfabetizado; PAR- Plano de ações articuladas; Escola do Campo (SÍTIO NOVO, 2015). Em relação ao quantitativo de matrículas na rede municipal de ensino, desde a Educação Infantil até ao Ensino Médio/Magistério há uma somatória de 5.123 (cinco mil, cento e vinte e três) alunos. Como mostra o QUADRO 02 (INEP, 2015):

QUADRO 02 – Número de Alunos Matriculados/Dependência Municipal Matrícula Inicial/2014 - Sítio Novo/MA

ED. INFANTIL	ENS. FUNDAMENTAL	ENS. MÉDIO	EJA
855	3401	64	803
			TOTAL: 5.123

Fonte: INEP, 2015.

**A história da educação especial nas escolas públicas municipais de Sítio Novo/MA**  
*Débora Arruda Macedo; Ramon Luís de Santana Alcântara*

Das atuais 29 escolas do município, 04 se localizam na sede, e 25 estão localizadas ao longo do extenso território rural sitionovense, um quadro que configura desafios à Educação municipal ao passo que precisa equacionar a demanda de alunos fragmentada em pequenas quantidades por nível de escolaridade e o funcionamento das turmas, uma questão que acomete às chamadas “salas multisseriadas”, como bem confirmam as informações encontradas no Plano Municipal de Educação de Sítio Novo (2015, p. 29) quando fala das 29 escolas municipais destacando que dentre as quais, 17 trabalham 29 multisseriação e/ou multietapas, e pontua: “o município enfrenta muitos desafios em virtude de sua dimensão territorial, uma vez que, a maioria das escolas está localizada na Zona Rural, com até 112 km da sede do município”.

Tratando especificamente da Educação especial de Sítio Novo, as características de seu trajeto inicial podem ser descritas como um processo galgado meio a indefinições de políticas e ausência de ações focadas na perspectiva inclusiva. Seu início, segundo relatos da professora Maria Eugênia Batista Sousa<sup>6</sup>, data do ano de 2004 quando, por meio do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, Sítio Novo foi contemplado com o curso de formação de gestores e educadores, sob a tutela do município polo Imperatriz – MA, o curso teve como objetivo geral: “construir uma rede regional de articulação intermunicipal em prol da implantação do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade”. Quatro professoras participaram do Seminário que, ofereceu o curso com duração de dois dias. Terminada a formação, as participantes retornaram ao município com uma agenda de trabalho denominada “De volta ao município”, cuja finalidade se descrevia: “contribuir para o ordenamento e programação das ações a serem desenvolvidas no processo de elaboração do diagnóstico situacional do município no tocante à implantação da educação inclusiva”.

Ainda falando do mesmo documento, a finalidade foi precedida por orientações para a implantação da Educação Inclusiva no município, os pré-requisitos abrangiam ações dependentes desde o Conselho Municipal de Educação até pessoas com deficiência, familiares, líderes comunitários, entre outros. Segundo relatos de duas das professoras participantes da formação, Maria Eugênia e Maria Eleusa Barros de Castro<sup>7</sup> “os trabalhos sugeridos pela agenda de trabalho, não se efetivaram por falta de direcionamento das ações

---

<sup>6</sup> Nome publicado sob autorização. Professora que vivenciou as primeiras iniciativas de implantação da Educação especial de Sítio Novo, participou das oportunidades de formação mencionadas nesta pesquisa, hoje pós-graduada em AEE exerce função docente na área, uma experiência que encaminha para onze anos de exercício na Educação especial de Sítio Novo.

<sup>7</sup> Nome publicado sob autorização. Professora que vivenciou o início da implantação da Educação Especial em Sítio Novo (2004/2005), participando desde as formações iniciais em Imperatriz até o momento que acenou para a organização da primeira sala de Recursos.

**A história da educação especial nas escolas públicas municipais de Sítio Novo/MA**  
*Débora Arruda Macedo; Ramon Luís de Santana Alcântara*

pela gestão municipal que sempre adiava as reuniões, não priorizou a implantação das metas”. As professoras acrescentam que, este posicionamento comprometeu uma possível criação de um Núcleo de Educação Especial no município, ação prevista na agenda de trabalho.

Passados quatro anos das primeiras falas e ações rumo à Educação Inclusiva de Sítio Novo, já no ano de 2008, a gestora do Complexo Escolar Deputado La Roque<sup>8</sup> recebe o ofício de nº 01 do ano de 2008, expedido pelo MEC por meio da Universidade Federal de Santa Maria e do Centro de Educação, o documento se referia ao Curso de Formação de Professores para o Atendimento Educacional Especializado, oferecido na modalidade a distância cuja coordenação ficava à cargo de Ana Cláudia Pavão Siluk. O ofício solicitava a indicação de dois professores da referida escola para receber a formação, e indicava também pré-requisitos para a participação dos mesmos: “conhecimento básicos de internet (e-mail, busca de informações e navegação) e de editores de texto (Word, Open Office)”. No mesmo ofício foi indicada a previsão para início do curso, 16 de junho de 2008. Segundo as informações levantadas, desta formação para o AEE, das duas professoras convidadas a participar da formação, apenas Maria Eugênia concluiu o curso. Foi após o referido curso que, a primeira equipe da Educação Especial foi formada. Segundo relatos da professora Maria Rosilea Oliveira da Mota<sup>9</sup>, inicialmente quatro professoras foram convidadas a compor a equipe por terem alguma formação na área, outras por terem formação em Psicopedagogia. Em entrevista, a professora Maria Eugênia destaca que, a definição de formar esta primeira equipe de trabalho, ressonou de uma reunião gerida pela coordenação do SIADE (Setor de Inclusão e Atenção a Diversidade) de Imperatriz, quando em Sítio Novo, recomendou a urgente organização da sala de Recursos, haja vista o uso indevido dos materiais que já chegara ao município e tomavam outros fins se não a Educação Especial. Em 2009 a primeira sala de Recursos foi organizada no Complexo Escolar Deputado La Roque. Sendo que, nos registros do INEP sua liberação consta desde 2005, porém a sua implantação aconteceu somente em 2009, segundo relatos da professora Maria Rosilea, uma resposta também às cobranças do Estado chegando ao ponto de o município sofrer penalidades devido a não implantação deste espaço.

Os relatos de Maria Eleusa evidenciam o esforço da primeira equipe da Educação Especial em realizar as ações previstas pelas orientações da regional. Frente à escassa

---

<sup>8</sup> Primeira escola municipal a implantar a Educação especial.

<sup>9</sup> Nome publicado sob autorização. Professora que participou do processo inicial da educação de Sítio Novo, foi Secretária de Educação na década de 80, tendo participação incisiva nas políticas educacionais do município. Neste período ao qual referimos a Educação Especial ela foi participante da implantação das Salas de Recursos e do AEE.

**A história da educação especial nas escolas públicas municipais de Sítio Novo/MA**  
*Débora Arruda Macedo; Ramon Luís de Santana Alcântara*

formação e ao imenso desafio da inclusão a professora ressalta: “organizamos um grupo de estudo, liamos bastante sobre as deficiências, com frequência nos reuníamos para discutir ações e estudar, estávamos em constante contato com a saúde para viabilizar atendimentos específicos”. Ainda segundo a professora Maria Eleusa, a partir da participação da primeira equipe de trabalho da Educação Especial de Sítio Novo em fóruns e debates regionais incitou-se a organização da primeira Associação de Pessoas com Deficiência no município. Uma entidade organizada por José Assis, pessoa com deficiência visual que ganhou notoriedade devido sua desenvoltura frente a capacidade de liderança da Associação, alfabetizado em BRAILLE e com autônoma mobilidade, José Assis teve participação direta nas primeiras discussões sobre o direito da Pessoa com Deficiência em Sítio Novo.

Os atendimentos da primeira Sala de Recursos aconteciam nos turnos matutino e vespertino, duas vezes por semana, e inicialmente a grande maioria das pessoas atendidas não era matriculada no ensino regular, fato que se explica pela proposta inicial de implantar um Núcleo de Apoio à Pessoa com Deficiência. Segundo os relatos da professora Maria Eugênia, os diagnósticos eram realizados pela Psicopedagoga da equipe. A sala atendia um pequeno número de pessoas, algumas com Síndrome de Down, outras com deficiência intelectual e apenas uma com deficiência visual. Atendiam também alunos das escolas públicas da sede do município e um pouco mais tarde, com a condição de obrigatoriedade da matrícula no ensino regular, muitas pessoas com deficiência que não frequentavam a escola deixaram de ser atendidas, e, portanto, a sala estendeu seus serviços aos alunos de escolas da zona rural de localidades mais próximas à cidade.

Segundo relatos da professora Maria Rosilea, em 2009,

[...] não houve uma estrutura na Secretaria de Educação, todo o trabalho era realizado na própria sala do AEE [...] nos organizávamos mesmo sem ter uma coordenação instituída, somente em 2010 o então secretário de educação nomeou o primeiro Coordenador da Educação Especial do Município.

A professora acrescenta que no tocante ao atendimento da Sala de Recurso “[...] orientados pela regional de Imperatriz esse quadro se manteve até 2013”. Os dados atuais de matrículas na Educação especial de Sítio Novo, o QUADRO 03 mostra a seguinte estatística:

**A história da educação especial nas escolas públicas municipais de Sítio Novo/MA**  
*Débora Arruda Macedo; Ramon Luís de Santana Alcântara*

**QUADRO 03 – Educação especial-Matrícula Inicial/2014-Sítio Novo/MA**

EDUCAÇÃO ESPECIAL/DEPENDÊNCIA MUNICIPAL: MATRÍCULA INICIAL/2014			
ED. INFANTIL	ENS. FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO	EJA
<b>03</b>	62	1	5
			<b>TOTAL: 71</b>

Fonte: INEP, 2015.

Segundo informações contidas no PME de Sítio Novo (2015, p. 50), cujas fontes estão no INEP (2010-2013), observa-se que não é de hoje o pequeno número desses alunos matriculados no ensino regular público municipal. Dados dos anos anteriores revelam números bem menores que os atuais: “em 2010, 45 alunos; em 2011, 62 alunos; em 2012, 64 alunos; em 2013, 71 alunos”.

Em relação às Políticas Nacionais, Estaduais e Municipais de Educação Especial, percebe-se que Sítio Novo ainda apresenta uma assimetria terminantemente acentuada pois, enquanto o Brasil conta com mais meio século desde as primeiras legislações que evidenciaram a educação de pessoas com deficiência (LDB nº 4. 024/61), o Maranhão alinhando-se a essas proposições e a tantas outras também de cunho normativo, iniciou oficialmente suas propostas ainda no final da década de 60. E Sítio Novo, após 45 anos de sua emancipação administrativa e 37 anos após as primeiras iniciativas do Maranhão rumo ao ensino para pessoas com deficiência (Projeto Plêiade de 1969), ainda se encontra com incisiva indefinição meio às políticas de inclusão. Sendo assim, considerando que, mesmo sob a existência de políticas e discursos rumo a inclusão, ainda se encontra em nosso país uma realidade controversa ao que se propõe, imaginemos, pois, uma Educação especial sem parâmetros instituídos, sem normas legais, sem implantação definida com projetos e políticas concretas.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS: uma história para pensar o presente**

No intuito de analisar a história e o cenário atual da Educação Especial em Sítio Novo, buscamos perceber como foi sendo traçada a sua trajetória e, junto às práticas inclusivas desenvolvidas atualmente no ensino público regular, como tem ocorrido o atendimento aos alunos com deficiência. Por meio dos discursos dos sujeitos envolvidos nessas práticas, explicitaram-se aqui experiências, concepções e anseios.

Quando abordamos a Educação Especial no Brasil, percebemos que sua trajetória traz como marca principal a sua ampliação, advento do século XX, um rompimento do cenário polarizado entre a escassez de políticas públicas e os interesses mercadológicos,

quando o Brasil ao passo que a economia engendrava seus novos preceitos produtivos, foi alocando-se em meio às propostas de ampliação de acesso à Educação, o que foi incisivamente importante para a educação brasileira de modo geral. Mas não se pode negar o caráter excludente da escola nesse momento, visto que, concomitantemente ao processo de ampliação do acesso à educação, para a Educação Especial reservou-se uma ambiguidade de sujeitos que excluídos do ensino regular foram incorporados unicamente a ela. Sujeitos que mais poderiam ter sequelas de uma educação reprodutora da desigualdade do que de fato ter alguma deficiência.

Após esse período, têm-se os anos da integração, que no nosso entendimento leva a educação para a pessoa com deficiência à entrada no discurso inclusivo. Entendemos que o discurso da Educação Inclusiva, que surgiu na década de 90, foi um advento crucial no repensar das políticas de Educação Especial. Entre os vários marcos neste processo vale o destaque para a Resolução de nº 02/2001 (CNE/CEB) que incide sobre a obrigatoriedade da matrícula da pessoa com deficiência no ensino regular, uma primazia da inclusão que não mais deixa lacunas para o anterior preceito de matrícula “preferencialmente” no ensino regular.

Percebemos, então, que o Atendimento Educacional Especializado surgiu como fruto de uma política educacional inclusiva, disposto pelo decreto nº 7.611/2011 desponha como apoio à inclusão e na garantia de promover condições para o acesso do aluno com deficiência às salas regulares de ensino, traz a prerrogativa de superação das dificuldades que impedem o usufruto do aprender.

Em meio a este quadro percebemos que o Maranhão, desde o projeto Plêiade (1969) até a atualidade tem avançado na busca pelo alinhamento às políticas públicas de Educação especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, porém ainda está traçando sua trajetória que aqui abordamos. O que foi possível para o momento, haja vista que da história de Educação Especial maranhense há poucos registros. O que muito nos incita a continuar esta pesquisa no sentido de aprofundamento, de registro, de elucidação da realidade educacional de Sítio Novo, e assim poder deixar uma contribuição para novos encaminhamentos das políticas educacionais do município.

Das publicações que encontramos, há o reconhecimento de certa centralidade de ações e serviços de Educação Especial na capital São Luís (CARVALHO 2004; QUIXABA 2011; ALCÂNTARA, 2013), pesquisas que acenam a carência de políticas mais incisivas no tocante à efetivação das práticas inclusivas nas escolas, políticas que promovam, por exemplo, a ampliação de acesso ao ensino regular diante dos números tímidos de

matrículas de pessoas com deficiência no Estado e o melhor posicionamento diante das fragilidades da formação docente para as práticas educacionais inclusivas.

Quanto a Sítio Novo, percebemos ser um município relativamente jovem que iniciou seus primeiros passos para a Educação Especial no ano de 2004 sob a iniciativa da regional de Imperatriz, uma ressonância do “Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade”, segundo informações levantadas. Embora se faça importante também apontar uma informação (que para este momento não foi possível aprofundar) que acena para uma possível sala especial na cidade de Sítio Novo já na década de 90.

Atualmente, mediante os discursos de parte dos sujeitos que partilham da Educação Especial de Sítio Novo, ficou a constatação de uma realidade cujos aspectos revelam um quadro ainda elementar em relação às políticas públicas nacionais de Educação Especial. As políticas municipais de educação apresentam uma definição pouco incisiva no tocante às ações e atribuições da Educação Especial. Contudo, segundo o que foi evidenciado nas falas dos participantes desta pesquisa, as atuais ações da Secretaria de Educação de Sítio Novo para com a Educação Especial, nos últimos três anos tem se concentrado na ampliação do Atendimento Educacional Especializado pela zona rural do município e recentemente foram realizadas algumas obras de acessibilidade arquitetônica em algumas escolas.

Percebemos que há uma definição positiva quanto à gestão da Educação Especial de Sítio Novo quando estabelecida dentro de seu sistema educacional uma Coordenação Municipal de Educação Especial, o que consideramos importante pelo fato de existir dentro da política macro do município uma gestão específica com vistas para a pessoa com deficiência. Porém, notamos uma carência quanto à maiores direcionamentos como, a criação de uma Superintendência de Educação Especial, como orientações determinantes na legislação municipal ou resoluções do Conselho Municipal de Educação que venham reforçar a adesão do município à Políticas Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

A realidade da Educação Especial de Sítio Novo assinala aspectos que tem estreita relação com as concepções de quem a compõe, e percebemos que, o pensamento da maioria dos entrevistados atribui à escolarização da pessoa com deficiência a função unicamente de socializar. E sobre o AEE em Sítio Novo, embora alguns entrevistados expressem seu caráter suplementar e complementar, outros atribuem a este, um papel que mais avaliza a exclusão quando compartilham experiências que revelam a não participação do aluno com deficiência na sala regular.

É inegável que para a aprendizagem da pessoa com deficiência pode haver necessidade de apoio de profissionais específicos para a possível amenização de transtornos e dificuldades inculcados pela deficiência (psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, entre outros). Porém para os entrevistados, Sítio Novo apresenta carências neste sentido, constatação que acomete situação de incerteza e imprecisão das ações da Educação Especial acrescida pela falta de diagnósticos, encaminhamentos e recomendações específicas para a superação de dificuldades de aprendizagem da pessoa com deficiência.

Das duas salas já implantadas nas escolas da cidade de Sítio Novo, pode-se dizer que apresentam diversidade de recursos com capacidade para o AEE, uma delas até se destaca pelas acomodações do espaço físico e pela organização dos recursos. Quanto à importância deste espaço os participantes da pesquisa a reconhecem, contudo, assumem pouco conhecimento sobre as atividades desenvolvidas na Sala de Recursos, o que configura um distanciamento entre o AEE destas escolas e seus respectivos professores do ensino regular.

Notamos que, em Sítio Novo, a larga distância entre o ensino regular e o AEE não é um fato isolado, certamente esta tem sido pauta recorrente nas discussões de outras realidades. Nesse sentido as dificuldades se apresentam das mais variadas maneiras e em diversos níveis de escolarização, problemas de ordem curricular, didático, ligados à formação docente, à falta de profissionais de apoio. Este quadro culmina na construção de um pensamento, entre os sujeitos imbuídos na Educação Especial, que acaba atribuindo à pessoa com deficiência as condições para seu ingresso ou egresso do ensino regular, uma ideia certamente imbricada na homogeneização. Dessa maneira assume-se o risco de pôr sobre os ombros da diferença a culpa de “interferir” no processo de ensino-aprendizagem nas salas regulares de ensino.

As evidências pressupõem que as concepções dos agentes imbuídos na educação da pessoa com deficiência se dividem meio ao sobrepujo fortemente firmado nas especificidades da deficiência. Posicionamentos que, em linhas gerais, convergem com a falta de políticas concretas de Educação Inclusiva no município, porém, divergem radicalmente dos preceitos constitucionais que garantem o desenvolvimento da pessoa por meio da Educação.

Vale ressaltar que as expectativas, agora circundam o primeiro Plano Municipal de Educação (PME) de Sítio Novo, intitulado “uma construção coletiva”, o plano foi elaborado pela Secretaria Municipal de Educação (gestão 2013-2016), em parceria com o Conselho Municipal de Educação – CME, um alinhamento às proposições dos Planos

**A história da educação especial nas escolas públicas municipais de Sítio Novo/MA**  
*Débora Arruda Macedo; Ramon Luís de Santana Alcântara*

Nacional e Estadual de Educação. Com vigência de 2015 a 2025 o PME de Sítio Novo se propõe “ampliar e rever diretrizes, visando o aperfeiçoamento do Sistema Municipal e o melhor atendimento das expectativas dos profissionais da área” (SÍTIO NOVO, 2015, p. 31).

Notamos que, de maneira mais enfática, entre as 15 metas do PME de Sítio Novo, para a Educação especial se reserva a meta de nº 04 quando esmera garantir um sistema educacional inclusivo. Das 24 estratégias para a concretização da meta nº 04 as seguintes merecem destaque, pois contemplam muitas das dificuldades apontadas pelos participantes desta pesquisa:

4.7 Garantir, no Projeto Político Pedagógico das escolas, a inclusão de ações voltadas ao atendimento à diversidade; 4.9 Estabelecer critérios, na formação de classes inclusivas, considerando o número total de alunos e aqueles que têm necessidades educacionais especiais (n.e.e); 4.10 Assegurar a inserção e permanência de pessoas com necessidades educacionais especiais no sistema educacional, atendendo 100% da demanda, até o prazo de 05 anos a partir da aprovação deste plano; 4.11 Garantir nas escolas que têm alunos surdos a presença do profissional interprete para os alunos com deficiência auditiva; 4.14 Propor que, em 02(dois) anos, a partir da data de aprovação deste plano no currículo da rede municipal dos cursos de formação de professores, em todas as áreas, sejam incluídas disciplinas referentes às áreas das deficiências; 4.15 Incluir, em 05(cinco) anos a partir da data de aprovação deste plano o ensino da Língua Brasileira de sinais – libras – no currículo das escolas regulares; 4.17 Ampliar, em 40% das escolas, no período de cinco anos, a partir da data de aprovação deste plano, salas de recursos multifuncionais com especialistas para o atendimento e promoção do melhor desenvolvimento dos alunos com deficiência, matriculados na rede regular de ensino; 4.18 Criar uma Comissão de Educação especial com o objetivo de acompanhar a execução das políticas de educação especial no município.

As estratégias previstas no PME de Sítio Novo são incisivamente positivas enquanto um planejamento sistematizado que se propõe contemplar as necessidades educacionais do município. Para o momento, a contento de nossas expectativas futuras, ficamos com a previsão de que muitas das dificuldades apontadas pelos participantes desta pesquisa poderão vir a ser superadas ao passo que as estratégias se concretizem em detrimento do atual quadro aqui exposto.

É sobre este prisma que procuramos analisar a história e o cenário atual da Educação Especial em Sítio Novo, buscando contextualizar e refletir sobre como foi sendo traçada a sua trajetória e como suas atuais práticas inclusivas têm sido desenvolvidas no ensino público regular e no Atendimento Educacional Especializado. E assim espero contribuir com a ressignificação da Educação especial de Sítio Novo com vistas para a importância de ouvir os sujeitos que cotidianamente interagem com a realidade local. Acredito que a importância desta pesquisa se aloca na possibilidade do registro histórico da

Educação especial e também em cada fala dos participantes, em cada reflexão, no sentido de trazer apontamentos que, ao passo que anunciam também sugerem uma tomada de consciência e de ressignificação para a escolarização da pessoa com deficiência.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Ramon Luis de S. **A ordem do discurso na Educação especial**. São Luís: EDUFMA, 2013.

ALCÂNTARA, Ramon Luis de Santana. **Formação para a diversidade?** Desafios da formação de professores em Grajaú-MA. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, São Luís, 2015.

AMORIM, José Raimundo R. **Sítio Novo: uma história em construção**. Imperatriz: Ética, 2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. CNE/CEB. **Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001**. Brasília: Diário Oficial da União, nº 177, seção 1, de 14/09/2001.

BRASIL. **Política Nacional de Educação especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008b.

BUENO, José Geraldo. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 2004.

BUENO, José Geraldo. S. As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da Educação especial? In: BUENO, José Geraldo Silveira et al. (Org.). **Deficiência e Escolarização: novas perspectivas de análise**. Araraquara: Junqueira & Marin; Brasília: CAPES, 2008.

CARVALHO, Mariza Borges Wall B. de. **A Política Estadual Maranhense de Educação especial (1997-2002)**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. São Paulo: UNIMEP, 2004.

CARVALHO, Mariza Borges Wall B. de. Política de educação especial: o acesso a escola e a responsabilidade do poder público. In: CABRAL NETO, Antônio et al. (Org.). **Política pública de educação no Brasil: compartilhando saberes e reflexões**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

CARVALHO, Mariza Borges Wall B. de. Professores de Educação especial: aspectos da política educacional maranhense. In: SILVA, Marilete Geralda da; CARVALHO, Mariza Borges Wall B. de (Org.). **Faces da Inclusão**. São Luís: EDUFMA, 2010.

FERREIRA, Júlio Romero. A nova LDB e as necessidades educativas especiais. **Cad. CEDES**, v. 19, n. 46, Campinas, Set. 1998.

A história da educação especial nas escolas públicas municipais de Sítio Novo/MA  
*Débora Arruda Macedo; Ramon Luís de Santana Alcântara*

FGV. **O que é história oral?** Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>>. Acesso em: 27 out. 2015.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

INEP. **Censo Escolar 2012-2014**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores associados, 2006.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. **Plano Estadual de Educação**. Disponível em: <<http://www.educacao.ma.gov.br>>. Acesso em: 06 abr. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

PNUD. **Arquivos**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

QUIXABA, Maria Nilza O. **Práticas inclusivas na escola: o que faz sentido para os (as) alunos (as) com deficiência?** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Luís, 2011.

RAPÔSO, Maria da Conceição B. Inclusão social, ideologia e educação. In: SILVA, Marlete Geralda da; CARVALHO, Mariza Borges Wall B. de (Org.). **Faces da Inclusão**. São Luís: EDUFMA, 2010.

SÍTIO NOVO. Secretaria de Educação. **Plano Municipal de Educação: “uma construção coletiva”**, 2015.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais**, 1994.

Recebido para avaliação em 26/02/2016

Aceito para publicação em 19/07/2016